



SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Távila Waleska Silva Siqueira Dantas (1); Ana Beatriz de Miranda Medeiros (2); Brenno Arley Rodrigues de Souza (3); Maria Gerlane Xavier do Nascimento (4); Aponira Maria Farias (5)

^{1,2,3,4} Faculdade Maurício de Nassau, tavilawaleska@hotmail.com

⁵ Universidade Estadual da Paraíba, aponira@yahoo.com

Resumo: A sexualidade da pessoa com deficiência visual é um assunto permeado por tabus e preconceitos. No senso comum, acredita-se que a pessoa cega é uma eterna criança, assexuada, e deserotizada. Este estudo objetivou investigar o que há publicado sobre a vivência da sexualidade em pessoas com deficiência visual, tentando compreender como o contexto social influencia na construção da autoimagem da mesma. Propôs ainda analisar quais são as principais contribuições da Tecnologia Assistiva para a experiência da sexualidade dos deficientes visuais, abordando a vulnerabilidade da pessoa cega às DST/AIDS. A metodologia constituiu-se em uma revisão integrativa, a partir das bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). Procedeu-se à análise criteriosa do material, destacando-se quatro categorias consideradas mais relevantes. Foram elas: 1) Conhecimento precário sobre sexualidade, 2) Vulnerabilidade à doenças sexualmente transmissíveis, 3) Importância da dinâmica social e familiar para pessoa com deficiência visual e 4) Contribuição da Tecnologia Assistiva. Por conseguinte, finalizou-se a análise à partir da categorização e resumo das temáticas. Os resultados demonstram que a sexualidade ainda é considerada um tabu na sociedade contemporânea, sendo ainda mais potencializado quando se refere à sexualidade da pessoa cega, gerando preconceitos e a crença na assexualidade do indivíduo. Ainda percebeu-se a extrema vulnerabilidade dos deficientes visuais às DST/AIDS, devido ao nível de conhecimento mediano da pessoa cega em relação aos métodos contraceptivos e de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis. Os materiais de educação sexual adaptados para este público ainda são escassos, refletindo a negação e invisibilidade da sexualidade na pessoa com deficiência visual. No que se refere ao contexto familiar, a pessoa cega é vista como alguém impossibilitado de exercer sua autonomia, gerando nesta a negação de suas habilidades e potencialidades, inclusive deixando-a insegura de viver a sexualidade em sua plenitude. Já existem recursos de Tecnologia Assistiva (TA) para o deficiente visual que se mostram eficazes, porém esta área ainda necessita de maiores investimentos e divulgação. Conclui-se que a sexualidade da pessoa com cegueira é uma temática que necessita ser mais pesquisada, dando voz a essas pessoas, visto a complexidade dos fenômenos psicossociais que a permeiam e o pouco investimento em Tecnologia Assistiva, possibilitando que estes possam ter acesso à métodos educativos, contraceptivos e preventivos adaptados.

Palavras-chave: Cegueira; Deficiência; Sexualidade; Visual.

Introdução

Deficiência é a perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão (ANAUTE & AMIRALIAN, 2007).



Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2003), a deficiência visual é classificada em categorias que incluem desde a perda visual leve, até a ausência total da visão. Nesse contexto, o termo cegueira deve ser utilizado para a perda total da visão nos dois olhos, e quando o sujeito necessita de auxílio para suprir as habilidades visuais. A deficiência é um fenômeno social, pois é no contexto comunitário que ela é considerada como algo desfavorável; essa mácula torna-se um empecilho para vários aspectos sociais, inclusive relacionados à sexualidade. Segundo Bozon (2004), a sexualidade é um fenômeno amplo que se manifesta nas práticas sexuais, desejos, pensamentos, e atitudes diante de diferentes contextos culturais e momentos históricos.

Há uma negligência, por parte dos poderes públicos e da própria academia, em relação à sexualidade da pessoa com deficiência visual. Isto se deve ao fato de que, em nossa sociedade, a expressão da sexualidade é um privilégio dos indivíduos considerados funcionalmente plenos. Desta forma, são reforçados os estigmas, a vulnerabilidade e a consequente limitação da autonomia de quem foge a esse padrão (FRANÇA, 2013a).

Existem vários mitos acerca desse assunto, mantidos por ideias e discursos que insistem em relacionar a deficiência à uma sexualidade insólita e infeliz. Esses mitos incluem ideias generalizadas, que relacionam qualquer dificuldade sexual à deficiência ou às limitações advindas da deficiência à vida afetiva e sexual (PAULA, REGEN & LOPES, 2005). A deficiência visual em si não inibe o funcionamento genital, mas a pessoa com deficiência é continuamente estigmatizada, tomada como infantil e assexuada. Além disso, essas pessoas podem ter dificuldade de comunicação, o que pode dificultar sua integração social e assimilação de conceitos, experiências tão importantes como o ajustamento social e sexual. Sendo assim, o desenvolvimento da sexualidade da pessoa com deficiência visual pode sofrer comprometimento na construção das representações subjetivas, da autoimagem, da noção de estrutura corporal e do conhecimento de partes anatômicas, ou seja, nos processos psicossociais da sexualidade (MAIA, 2011).

Para melhorar a qualidade de vida e otimizar a vida sexual, a tecnologia assistiva pode dar suas contribuições ao deficiente visual. Define-se por Tecnologia Assistiva (TA), todo recurso ou serviço utilizado com o intuito de garantir maior independência às pessoas com deficiência. No tocante aos indivíduos com cegueira, existem variadas TA para servirem de auxílio no processo de aprendizagem (BARBOSA *et al.*, 2013), como o circuito fechado de TV, braille falado, thermoform, *mecdaisy*, dentre outros. No âmbito da vida sexual, os deficientes visuais também dispõem de recursos que auxiliam na educação em saúde e



prevenção de comportamentos de risco, porém ainda de maneira bem escassa. (CAVALCANTE *et al.*, 2015).

É preciso levar em consideração a maior vulnerabilidade das pessoas com deficiência visual a contrair doenças sexualmente transmissíveis, devido ao pouco diálogo sobre o tema com a família (FRANÇA, 2013b) e à sua impossibilidade de apoderar-se de folhetos, filmes ou quaisquer materiais educativos se estes não estiverem em Braille. Colabora também para a continuidade desta situação o fato de muitos deficientes visuais não serem alfabetizados em Braille, e a escassez de materiais em áudio para este público que aborde questões relacionadas à sexualidade (FRANÇA, 2013c).

O presente estudo teve como objetivo investigar como a sexualidade é vivenciada pela pessoa com deficiência visual, pesquisando como o contexto social influencia na construção da autoimagem da mesma. Propôs ainda analisar quais são as principais contribuições da Tecnologia Assistiva para a experiência da sexualidade dos deficientes visuais, abordando a vulnerabilidade da pessoa cega às DST/AIDS.

Metodologia

Este artigo é resultado de uma revisão integrativa, um método com finalidade de alcançar os objetivos propostos através de uma sintetização de todo material colhido de uma maneira clara e reproduzível. Mendes, Silveira e Galvão (2008), destacam que essa pesquisa tem como finalidade reunir e resumir o conhecimento científico já produzido sobre o tema investigado, ou seja, permite buscar, avaliar e sintetizar as evidências disponíveis para contribuir com o desenvolvimento do conhecimento na temática.

Realizou-se a busca de fontes nos bancos de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). Foram encontrados 68 artigos científicos. Após a seleção inicial do que realmente atingia aos objetivos propostos, totalizaram 23 artigos. As palavras utilizadas para a pesquisa foram combinações de descritores do DeCS (Descritores em Ciências da Saúde): “cegueira”, “deficiência”, “sexualidade” e “visual”.

Os critérios de inclusão foram: publicações que abordassem a sexualidade na pessoa com deficiência visual e publicada posteriormente ao ano de 2007, que estivessem à disposição o trabalho completo em português. Por sua vez, os critérios de exclusão foram



publicações que não abordassem a sexualidade em relação à outras deficiências, publicadas antes de 2007 e que não disponibilizassem o trabalho na íntegra, ou estivessem em inglês.

A escolha dos artigos aconteceu por meio de leitura dos resumos. Após filtrado e selecionado o material que realmente atingia o objetivo da pesquisa, leu-se na íntegra todas as publicações. Para uma elaboração mais sistemática da coleta do conteúdo, usou-se um instrumento de categorização em forma de tabela para analisar fielmente as revisões, composto pelos itens: título, revista, ano da publicação, objetivo, métodos, resultados e conclusão. Prosseguiu-se a metodologia analisando e categorizando tematicamente os principais resultados evidenciados nos artigos, descrevendo os temas mais relevantes.

A análise de dados foi feita através de uma exploração minuciosa de todo material, para que realmente fosse encontradas respostas para os objetivos propostos, seja resultados positivos ou negativos e semelhanças e diferenças em cada vivência desfrutada pela pessoa com deficiência visual. Através dessa análise, selecionaram-se as categorias de maior relevância dentro do contexto sugerido pela pesquisa. Com isso, finaliza-se a análise, a partir da categorização e resumo das temáticas.

Resultados e Discussão

Foram encontrados 30 artigos que abordavam o tema sobre a sexualidade no deficiente visual, usando os critérios de inclusão e exclusão. Porém 7 estudos apareceram repetidos em diferentes banco de dados. Ficaram-se então 23 publicações para compor o corpo da revisão. O quadro 1 apresenta um resumo geral dos artigos encontrados.

Quadro 1. Acervo das publicações selecionadas nos bancos de dados

| BASE DE DADOS | PUBLICAÇÕES SELECIONADAS | |
|---------------|--------------------------|-------|
| | (n) | (%) |
| SCIELO | 13 | 56,52 |
| PEPSIC | 4 | 17,40 |
| MEDLINE | 3 | 13,04 |
| LILACS | 2 | 8,7 |
| REPOSITÓRIO | 1 | 4,34 |
| Total | 23 | 100 |



Dentre as publicações, apenas 2 eram de cunho quantitativo, sendo as demais qualitativas. Entre elas, 22 eram artigos científicos e uma foi monografia para conclusão do curso de Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba. Um dado muito importante é que a maioria dos artigos selecionados são publicados em revistas de Saúde, principalmente na área da Enfermagem e Psicologia. Os demais são em outras áreas da medicina, educação física e educação escolar (Pedagogia). É possível perceber com esses dados que os vínculos e necessidades da pessoa com deficiência ultrapassam a saúde física, ou seja, engloba outras dimensões, como a psíquica e a educação de uma maneira geral, seja como inclusão de conhecimentos, seja como quebra de paradigmas.

A análise das revisões resultou em categorias temáticas baseadas no objetivo principal, que no caso foi investigar como a pessoa com deficiência se sente e vivencia sua sexualidade diante da sociedade e dele mesmo, seja sobre suas dúvidas, receios, preconceitos, amigos, família, etc. Agruparam-se em resultados e dividiu-se em quatro categorias: Conhecimento precário sobre sexualidade; Vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis; Importância da dinâmica familiar para pessoa com deficiência visual e Contribuição da tecnologia assistiva.

Conhecimento precário sobre a sexualidade

Falar sobre a sexualidade do indivíduo ainda hoje é um “tabu” na sociedade. Muitas pessoas não sabem lidar com esse assunto e preferem muitas vezes mascarar seus sentimentos, emoções e dúvidas acerca dessa questão. Isso se torna mais acirrado ainda quando se fala das pessoas com deficiência, seja ela visual, auditiva, intelectual, etc. Dentre as revisões analisadas e as pessoas com deficiência visual entrevistadas nas pesquisas de campo, nota-se que, devido ao preconceito, o indivíduo esconde suas curiosidades, privando-se de informação sobre como vivenciar sua sexualidade (BEZERRA & PAGLIUCA, 2010). E quando se fala em conhecimento precário sobre a sexualidade, tanto a pessoa com deficiência visual como a população em geral desconhece seus direitos de enxergar que a sexualidade é uma necessidade básica do cidadão. Os deficientes visuais relatam que se sentem assexuados diante do olhar do outro (FRANÇA, 2014). É como se a pessoa com deficiência não pudesse reproduzir essa expressão da sexualidade, gerando um estigma não só nessas pessoas, mas também em uma sociedade inteira.



A escassez de estudos sobre a sexualidade dos cegos mostra essa precariedade sobre a sexualidade, principalmente entre os jovens com deficiência visual, ou seja, no despertar das mudanças corporais e nos desejos de conhecer a si mesmo e ao outro (BEZERRA & PAGLIUCA, 2010). Encontra-se nesse momento uma grande lacuna em torno da Educação Sexual, que inclua esse jovem aos conhecimentos que realmente são relevantes para ele dentro da sua singularidade. Outro problema que se observa é que muitas pessoas querem impor que sexualidade é apenas algo biológico, restrita à reprodução e aos órgãos genitais. Porém cada indivíduo, além de ter suas particularidades, possui suas afetividades. Essas informações errôneas são vistas como pontos negativos que influenciam diretamente a vivência da pessoa cega para incluir-se na sociedade de maneira igualitária, comprometendo o empoderamento da pessoa com deficiência visual, além de gerar desconforto, exclusão, preconceito e discriminação.

Vulnerabilidade à doenças sexualmente transmissíveis

Apesar de existir inúmeras leis acerca dos direitos do indivíduo em torno da saúde, seja ela como promoção, prevenção e proteção, sabe-se que essas informações muitas vezes divergem-se e não são respeitadas, principalmente quando se referem às pessoas com deficiência. Os números mostram tal realidade ao revelarem que grande parte da população com deficiência visual não faz uso de métodos contraceptivos. Dentre os 23 estudos analisados, 8 deles falam primordialmente sobre DST(IST/HIV/AIDS) e o uso e não uso dos métodos de prevenção de doenças sexuais.

Nota-se que existe um nível de conhecimento mediano das pessoas com deficiência visual em relação as informações sobre doenças sexuais e métodos contraceptivos. Diz-se mediano, porque muitos possuem informação básica, porém falta um conhecimento mais específico sobre proteção e prevenção, seja pelo não uso de camisinha e outros métodos, como pelo uso irregular, potencializando um alto nível de vulnerabilidade para muitos tipos de doenças sexuais.

Quanto ao uso do preservativo para o sexo masculino, as alterações na sensibilidade, dificuldades práticas de uso e a confiança na parceira são causas de não uso, apesar da consciência sobre as DSTs. Entre as cegas, as causas são a confiança no parceiro justificada pelo não uso do preservativo, mas adotado pelo medo de gravidez indesejada (CEZARIO, MARIANO & PAGLIUCA, 2008, p. 686)



O acesso a essas informações citadas é restrito. Pode-se justificar essa dificuldade justamente devido à escassez de materiais adaptados para o deficiente visual, como por exemplo, cartilhas educativas sobre a sexualidade em Braille, embalagens de camisinha que o indivíduo possa ver validade e selo do INMETRO, que é de suma importância para garantir a eficácia e qualidade dos produtos, como também profissionais da área de saúde e da educação preparados para receber essa demanda, realizando uma ponte de informação e prática junto a pessoa com deficiência visual.

Importância da dinâmica familiar para pessoa com deficiência visual

O desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo está voltado para fatores sociais, econômicos e culturais e isso não é diferente para a pessoa com deficiência visual. Atualmente muito se fala sobre a importância da dinâmica familiar no processo de aprendizagem e desenvolvimento na pessoa com deficiência visual, onde se torna um fator de maior relevância para a construção do indivíduo, seja em relação à questões familiares, como para a aceitação e entendimento da sua deficiência, podendo gerar pontos positivos e construtivos, como negativos e destrutivos.

Quando se fala especificamente da família e, sobretudo dos pais, se observam dois fatos importantes: o luto da chegada de um filho que tem uma deficiência e o medo do enfrentamento do dia a dia para lidar com algo novo, “diferente”, “anormal”. Justamente esse segundo fator é que vai alavancar a vida do sujeito, nesse caso, da pessoa com deficiência. É necessário que os pais de crianças com deficiência não rotulem seus filhos como incapazes ou imaturos (MACEDO & TERRASSI, 2009). Os autores chamam a atenção para algo que acontece com bastante frequência na vida das pessoas com deficiência visual, que é o preconceito sobre o que não se conhece não se sabe como reagir e agir.

As pessoas com deficiência muitas vezes se sentem inferiorizadas no contexto familiar e social, como alguém que não é capaz de realizar suas próprias tarefas, de nunca ter autonomia e como um indivíduo que jamais vai ser capaz de se relacionar com outras pessoas, seja socialmente, afetivamente e sexualmente. Isso gera na pessoa com deficiência visual uma negação sobre suas habilidades e potencialidades, além de informações e atitudes deturpadas das próprias pessoas do convívio diário.



O apoio da família é primordial para uma vida sexual plena e saudável do deficiente visual, buscando sua autonomia, identidade e independência. Mas que para isso acontecer de maneira assertiva, os enfoques sociais, econômicos, políticos e educacionais precisam andar em sintonia. Dessa forma é que realmente se chega à inclusão social da pessoa com deficiência, de maneira integral.

Contribuição da Tecnologia Assistiva

Durante muitos séculos a população com deficiência precisou adaptar-se aos padrões pré-estabelecidos da sociedade. Gradativamente essa visão vem sendo mudada e reformulada. Atualmente trabalha-se para um modelo inclusivo da pessoa com deficiência na sociedade, onde se busca promover acessibilidade, igualdade a acessos e oportunidades a moradia, lazer, educação, emprego, etc.

Com esse objetivo, surgem serviços e ferramentas para contribuir com a inclusão da pessoa com deficiência, a Tecnologia Assistiva. Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2009).

Pode-se utilizar essas tecnologias como suporte à políticas públicas voltadas a essa população. Exemplos de TA para deficientes visuais que auxiliam a aprendizagem do indivíduo são os computadores adaptados com sistemas operacionais Dosvox, materiais adaptados em braille e os materiais como o Livro Falado, que é uma gravação de um livro feito através de uma voz, podendo ser em CD, DVD e demais recursos auditivos, entre outros.

Em relação ao material colhido, os resultados basearam-se na contribuição da Tecnologia Assistiva em relação a sexualidade da pessoa com deficiência visual, tanto em homens como mulheres. Enxergou-se pontos positivos referentes ao incentivo ao uso do preservativo feminino e masculino. No artigo de validação do método nos homens, utilizou-se textos socioeducativos adaptados sobre DST, massa de modelar para confecção da prótese peniana, objetivando eles treinarem o uso correto de colocar a camisinha, diminuindo assim riscos de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez (BARBOSA et.al , 2013). No artigo sobre a Tecnologia Assistiva nas mulheres, usou-se material para reproduzir o modelo do



canal vaginal, sendo descrito de maneira clara todo o procedimento para o uso da camisinha feminina (CAVALCANTE et. al 2015).

Verifica-se nesses estudos o quanto as contribuições da Tecnologia Assistiva voltada para a sexualidade da pessoa com deficiência visual são eficazes para a saúde sexual e reprodutiva dessa população. Com o suporte da tecnologia assistiva, investe-se não só em conhecimento técnico, mas um olhar diferenciado para melhoria e inovação de recursos tecnológicos por parte da área da saúde e da educação, levando a essa população uma vivência real do seu corpo e de seus sentimentos.

Com base no exposto das categorizações, percebe-se que as questões sobre a vivência da sexualidade das pessoas com deficiência visual são pertencentes a eles e também a todos, ou seja, deficientes ou não. Não há investimento em recursos e informação por parte do Estado, de muitos profissionais e da própria família, que desconhecem esse tema ou muitas vezes fecham os olhos para exercer tal inclusão. É preciso discutir mais esse assunto de maneira global, desconstruir ideias divergentes do que é a realidade e não só incluir o indivíduo, mas também dar a ele qualidade de vida. A falta de informação compromete a evolução tanto dos deficientes visuais, como da população em geral. E esse diálogo, bem como o incentivo à liberdade e autonomia do deficiente visual para poder viver sua sexualidade, já deve começar pela família. Ser deficiente visual não significa não desfrutar da sua própria sexualidade.

Considerando todo material utilizado para essa análise e buscando investigar como realmente o deficiente visual vivencia sua sexualidade, percebe-se que ainda existem diversos preconceitos e falta de informação por parte da sociedade. Porém os deficientes visuais de forma singular desfrutam da sua sexualidade, mesmo sem muitas vezes compreenderem seus desejos sexuais, suas transformações psicológicas e sociais, dificultando uma maturação a respeito desse assunto.

Com os dados obtidos, percebeu-se que ainda é incipiente as pesquisas a respeito da sexualidade do deficiente visual, dificultando a compreensão sobre como realmente vive essa população, mesmo sendo o maior quantitativo de deficiência no Brasil, 18,8% (BRASIL, 2012). Os resultados apontam para a necessidade de uma integração maior da família, sociedade e recursos técnicos, como meio de quebra de barreiras, preconceitos e estigmas, criando vínculos de confiança entre ele e o próprio corpo, sentimentos, emoções.



Conclusões

Pessoas com deficiência visual têm sexualidade e podem vivenciá-la em sua plenitude, desde que tenham a devida orientação e apoio familiar para isso e o reconhecimento da sua sexualidade por parte do Estado, que deve investir em políticas públicas, educação sexual e tecnologia assistiva voltadas para esse público, garantindo-lhe os direitos e a qualidade de vida, como cidadãos que são. Eles possuem sim, uma sexualidade e tem toda uma necessidade de demonstrar e vivenciar esses desejos, sejam eles afetivos ou sexuais. Apesar de suas limitações, a sexualidade é algo inerente ao ser humano e essa experiência não pode ser negada ao indivíduo, muito menos por motivos como preconceito e discriminação. É também essa vivência da sexualidade que torna o deficiente visual vivo e contribui para que ele possa ser inserido no mundo.

Através dessa pesquisa foi possível analisar como a sexualidade é vivenciada pela pessoa com deficiência visual. Percebeu-se que a sociedade sustenta a crença que a pessoa cega é uma eterna criança, assexuada e desinteressante. Com isso conclui-se que para essa vivência da sexualidade ser realmente atingida de maneira prazerosa e sem discriminação, é preciso reformular uma Educação Sexual voltada para a população de maneira geral, desmistificando temas e dúvidas que permeiam a cultura sobre a pessoa com deficiência visual. Essas ações educativas podem ser implementadas para promover inclusão e diminuir o preconceito, dando-se mais oportunidades para os deficientes visuais se expressarem.

Nesse contexto, evidenciou-se a pouca informação das pessoas com deficiência visual no que se refere ao uso de métodos contraceptivos e de prevenção às DST/AIDS, tornando este público mais vulnerável às doenças sexualmente transmissíveis. Isto se deve ao fato de haver pouco envolvimento das políticas públicas nas questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva da pessoa com cegueira. Urge-se então a necessidade de novas pesquisas com deficientes visuais em relação a sua sexualidade, justamente para uma melhor compreensão do que realmente essas pessoas sentem falta e dificuldade. É mediante a esses estudos que geram-se informações sólidas para uma busca de recursos como Tecnologia Assistiva para facilitar a comunicação entre os deficientes visuais e uma população escassa de conhecimento acerca desse assunto, garantindo-lhes direitos e deveres em relação a saúde, lazer, moradia, emprego, etc.



A literatura mostrou que já existem pontos positivos, como por exemplo, recursos de TA voltados diretamente para a sexualidade da pessoa com deficiência, porém apontam para um olhar das pesquisas para o contexto familiar. Contexto esse que é de grande importância para a construção da identidade e autonomia do indivíduo.

Referências

ALMEIDA, P. C. et. al. Tecnologia Assistiva para Mulheres com Deficiência Visual Acerca do Preservativo Feminino: estudo de validação. **Escola de Enfermagem**, Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 14-21, 2015.

ALMEIDA, P. C. et. al. Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis Entre Pessoas com Deficiência Visual: validação de texto educativo. **Latino-Americana, Enfermagem**, São Paulo, v. 24, 2016.

ANAUATE, Carla & AMIRALIAN, Maria Lúcia T. M. A importância da intervenção precoce com pais de bebês que nascem com alguma deficiência. **Educ. rev.**, 2007, n° 30, p.197-210.

ARAUJO, M. M. et al. Avaliação da Qualidade de Vida de Deficientes Visuais. **Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 69, n. 1, 2016.

AZEVEDO, E. E. S.; FRANÇA, D. N. O. Imagem corporal e sexualidade de adolescentes com cegueira, alunos de uma escola pública especial em Feira de Santana, Bahia. **Ciências Médicas e Biológicas**, Bahia, v. 2, n. 2, p. 176-184, 2003.

BARBOSA, G. O. L. et. al. Sexualidade, DST e preservativo: comparativo de gênero entre deficientes visuais. **Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 463-469, 2012.

BARBOSA, G. O. L. et. al. Desenvolvimento de tecnologia assistiva para o deficiente visual: utilização do preservativo masculino. **Escola de Enfermagem**, São Paulo, v. 47, n. 5, p. 1163-1169, 2013.

BEZERRA, C. P.; PAGLIUCA, L. M. F. A vivência da sexualidade por adolescentes portadoras de deficiência visual. **Escola de Enfermagem**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 578-583, 2010.

BOZON, M. **Sociologia da sexualidade**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf> Acesso em 10 mai. 2017.

CAVALCANTE, L. D. W et. al. Tecnologia assistiva para mulheres com deficiência visual acerca do preservativo feminino: estudo de validação. **Escola de Enfermagem**, São Paulo, v. 49, n 1, p. 14-21, 2015.

CEZARIO, K. G.; MARIANO, M. R.; PAGLIUCA, L. M. Comparando o comportamento sexual de cegos e cegas diante das DSTs. **Eletrônica de Enfermagem**, v. 10, n. 3, p. 686-94, 2008.



- COSTA, M. A.; PIMENTEL, A. Sexo e afeto no escuro: vivências de homens não-videntes. **Nufen**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2009.
- FARIA, G.; GIL, M.; MERESMAN, S.; PAULA, A. R.; REGEN, M.; SODELLI, F. G. Pessoas com deficiência: pesquisa sobre sexualidade e vulnerabilidade. **Temas sobre Desenvolvimento**. São Paulo, v.17, n. 98, p. 51-65, 2010.
- FRANÇA, D. N. O. Direitos sexuais, políticas públicas e educação sexual no discurso de pessoas com cegueira. **Bioética**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 126-33, 2014.
- FRANÇA, D. N. O. Sexualidade da pessoa com cegueira: da percepção à expressão. **Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 583-596, 2013a.
- FRANÇA, D. N. O. Sexualidade da pessoa cega: uma revisão sistemática da literatura. **Rev. de Ciências Médicas e Biológicas**, Bahia, v.12, n.1, 2013b.
- FRANÇA, D. N. O. A sociedade e a sexualidade da pessoa cega: preconceito, curiosidade, indiferença ou falta de conhecimento? **Latino-Americana de Bioética**, Colômbia, v. 13, n. 1, p. 88-95, 2013.
- LOPES, P.; PAULA, A. R.; REGEN, M. **Sexualidade e deficiência**: rompendo o silêncio. Expressão e Arte Editora. São Paulo, p. 120, 2005.
- MAIA, A. C. B. Educação sexual e sexualidade no discurso de uma pessoa com deficiência visual. **Ibero-Americana de Estudos em Educação**, São Paulo, v. 6, n.3, 2011.
- MARINHO, L. C. **Sexualidade da pessoa com deficiência**. Inclusive Inclusão e Cidadania. Disponível em: <<http://www.inclusive.org.br/arquivos/12340>>. Acesso em: 28 de abril, 2017.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, 2008.
- MONTEIRO, L. M. C.; MOREIRA, M. C. N.; SOARES, A. H. R. Jovens portadores de deficiência: sexualidade e estigma. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.13, n.1, 2008.
- MACEDO, F. N.; TERRASSI, E. P. Sexualidade de adolescentes portadores de diferentes deficiências. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Online, Bahia, v. 1, p. 203-209, 2009.
- MOURA, G. R. de e PEDRO, E. N. R. Adolescentes portadores de deficiência visual: percepções sobre sexualidade. **Latino-Americana Enfermagem**, São Paulo, v.14, n.2, p. 220-226, 2006.
- SALZEDAS, P. L.; BRUNS, M. A. de T. **Adolescer**: a vivência de portadores de deficiência visual. Sobre a Deficiência Visual. Disponível em: <http://www.deficienciavisual.pt/txt-Adolescer-Salzedas_e_Bruns.htm>. Acesso em: 28 de abril, 2017
- SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA-SDH/PR. **Tecnologia assistiva**. Comitê de Ajudas Técnicas. p. 138, 2009.